A OCUPAÇÃO HUMANA DO NORDESTE BRASILEIRO ANTES DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

CARLOS ETCHEVARNE
Museu de Arqueologia e Etnologia
Universidade Federal da Bahia
E-mail: etchvrn@ufba.br

REVISTA USP, São Paulo, n.44, p. 112-141, dezembro/fevereiro 1999-2000

O NORDESTE. ESBOÇO DE DEFINIÇÃO DE UM VASTO TERRITÓRIO

Definir o Nordeste significa, certamente, mais do que em outras regiões do Brasil, colocar limites que não são apenas de índole geográfica. Na definição dessa região vão implícitos aspectos sócio-históricos, idiossincráticos e, por que não, políticos, que transcendem as delimitações de características ambientais. Assim, um território composto por nove estados (1) se conforma como uma categoria única de análise muito mais do ponto de vista da atribuição simbólica construída historicamente que da unidade geográfico-paisagística propriamente dita. Como veremos, o Nordeste é um território dos mais contrastantes, onde na mesma latitude podem ser encontrados ambientes que vão da extrema umidade a uma dominante aridez. Também, para tornar mais imprecisa a definição ambiental do Nordeste, apontamos que as fronteiras com áreas fitogeográficas vizinhas são tênues, quando não inexistentes, como acontece com a mata atlântica do sul da Bahia e a região litorânea central, com o cerrado do oeste nordestino e o planalto central, ou com o meio amazônico e o estado do Maranhão.

Mas, por que a necessidade de definir um território quando falamos de grupos humanos anteriores à chegada dos portugueses? É que partimos da premissa de que toda sociedade humana tem um marco ambiental no qual concretiza sua existência e que, conseqüentemente, existe um nível profundo de interação entre os espaços naturais e os indivíduos

1 A Região Nordeste está constituída, jurídico-administrativamente, pela totalidade dos territórios dos estados de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

que os ocupam. Como resultado dessa interação, foram elaborados, historicamente, dispositivos adaptativos, em parte documentados arqueologicamente pelos seus vestígios materiais. Dessa maneira, reconhecemos que os diferentes ambientes naturais são apropriados de forma específica com a criação de sistemas integrados, que incluem tecnologia, relações sociais e representações simbólicas, reproduzidos e atualizados através de comportamentos que são aceitos, compartilhados e transmitidos pelos membros de um grupo social.

Distanciando-nos de qualquer determinismo ambiental, parece-nos que os diferentes procedimentos de apropriação da natureza são relativos a cada sociedade e a um período específico, podendo existir, portanto, variações nos padrões de ocupação de um mesmo espaço e de aproveitamento dos recursos disponíveis no ambiente. Esta afirmação, por sua vez, leva implícito o reconhecimento de que os processos sociais (leia-se históricos) estão marcados por essa interação homem/natureza, de que falamos nos parágrafos anteriores.

Feitas estas ressalvas convém passarmos à anunciada caracterização ambiental nordestina, ou seja, ao cenário natural, no qual se movimentaram os grupos indígenas pré-coloniais.

Os ambientes naturais ou ecossistemas dominantes no Nordeste correspondem aos da floresta tropical perenifólia (mata atlântica), à caatinga e ao cerrado. Todos os três são derivados, fundamentalmente, das condições climatológicas reinantes e se estendem de forma diferenciada nos territórios dos estados nordestinos. Variações microambientais estão presentes também em cada um deles, respondendo a fatores morfogenéticos (2) bem localizados (Kuhlman 1977: 85-110).

Em linhas gerais, podemos dizer que o domínio da floresta tropical perenifólia acompanha, com algumas interrupções, as planícies e os suaves tabuleiros do litoral nordestino, afetados pelo sistema pluviométrico, de origem atlântica, que alcança aproximadamente 2.000 mm anuais. Esse tipo de cobertura vegetal densa vai tornando-se cada vez menos freqüente à medida que se interioriza, por efeito da perda da influência desse sistema, ao passo que se inicia uma floresta subcaducifólia. Esta, por sua vez, desaparece quando os níveis de precipitações vão se reduzindo, deixando lugar às espécies de clima semi-árido, ou seja, às da caatinga.

As possibilidades que brinda este ambiente de floresta úmida para a instalação humana são grandes, especialmente quanto às de recursos alimentares. O espectro de possibilidades amplia-se se consideramos que os produtos da mata podem ser associados aos recursos dos rios e do mar. De fato, foi possível identificar, tanto arqueológica quanto etnograficamente, a exploração desses ambientes, de forma simultânea ou alternada, tanto por parte de populações de caçadores-coletores, de muita mobilidade em um território, quanto por grupos de horticultores que habitavam em aldeias de grande tamanho.

A paisagem litorânea está formada também por cordões dunares. Em alguns estados, existem duas linhas paralelas de dunas, de muita antigüidade geológica. As mais próximas do mar, mais recentes, conservam ainda a coloração amarelada devido à impregnação de materiais especialmente de composição ferruginosa. As dunas mais internas são esbranquiçadas, produto da lixiviação dos grãos de quartzo das areias. Esses relevos dunares estão mais estabilizados, razão pela qual costuma aparecer na superfície uma cobertura vegetal arbustiva, esparsa ou densa (Moreira 1977: 4-25).

A cobertura vegetal de restinga também surge nas proximidades do mar, sobre solos arenosos, misturando-se muitas vezes com a paisagem dunar. Os ambientes dunares e de restinga foram ocupados também por grupos humanos pré-coloniais, como já foi observado em várias partes do Brasil (3). No Nordeste foram localizados sítios arqueológicos sobre dunas no litoral da Bahia (no norte e no sul), no do Rio Grande do Norte e no do Ceará. Por sua vez, grande parte do interior do Nordeste, o chamado sertão, encontra-se sob o domínio de um clima semi-árido, por se encontrar em uma área perifé-

2 Ou seja, fatores relacionados à ocorrência de um tipo de estrutura geológica e à dinâmica dos processos intempéricos antigos.

3 Pesquisas de sítios arqueológicos sobre dunas litorâneas foram executadas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo. Também foram estudados sítios sobre dunas fluviais no médio São Francisco e localizados outros no litoral sul da Bahia.

rica dos sistemas que produzem as chuvas nas outras partes do Nordeste. A caatinga recebe, a depender do local, entre 800 mm e 400 mm anuais de precipitações, de forma irregular e em um curto período de tempo. A cobertura vegetal, portanto, está adaptada a essas circunstâncias, suportando longos períodos de estiagem e preparada para reverdecer ao contato das primeiras chuvas (Nimer 1977: 47-84).

A caatinga abarca uma ampla extensão, em que se alternam planícies, chapadões e planaltos de pouca altitude. Em todos eles observam-se uma topografia muito trabalhada pela ação eólica e a desagregação mecânica das rochas, ou que conforma, em linhas gerais, uma topografia de relevos suaves ou com perfis bastante arredondados. Completam o panorama do semi-árido nordestino os vales dos rios e dos riachos. Os cursos de águas permanentes, como o São Francisco e o Parnaíba, apresentam vales amplos e planícies de inundação importantes para a instalação humana. Os rios menores e riachos, afluentes ou não dos dois acima, são todos eles temporários, posto que têm suas nascentes em área de caatinga e são alimentados durante a estação de chuva. Alguns, como o Pajeú, em Pernambuco, mantêm água durante boa parte do ano, beneficiando a área próxima. É possível se inferir, a partir de dados etnográficos e arqueológicos, que os cursos d'água intermitentes podem ter sido aproveitados em momentos de cheia, por grupos pré-coloniais, como vias para a interiorização na caatinga, permitindo nas suas margens acampamentos temporários (Etchevarne 1995: 75). Evidentemente, as condições para a instalação humana em um ambiente de caatinga são bem mais reduzidas que na floresta tropical, limitando-se aos espaços com presença de cursos e fontes de água, mais ou menos permanentes. O Rio São Francisco, por exemplo, que em seu curso médio atravessa um grande território de caatinga, transformou-se em um eixo referencial para os grupos indígenas do interior, permitindo a subsistência em todas as estações do ano. Efetivamente, as incursões para exploração dos recursos da caatinga poderiam ser feitas com distâncias que permitissem o retorno sem dificuldades ao São Francisco, ou seja, aos locais com água permanente. Por outra parte, nas margens deste rio e nas suas numerosas ilhas, era possível uma subsistência mais farta, combinando a piscosidade das águas com a fertilidade dos solos, aptos para a horticultura e com uma mata ciliar composta, entre outras espécies, de grandes árvores frutíferas (Etchevarne 1995: 78-9).

No que concerne ao domínio do cerrado, cabe observar que este corresponde, de forma genérica, a um território menor do que ocupam os outros ambientes, estendendo-se na parte mais ocidental do Nordeste desde o Maranhão até a Bahia, associando-se à paisagem do Planalto Central. Destacamos, também, que existem em alguns estados certas áreas internas, muito circunscritas, que podem ser definidas como manchas isoladas de cerrado, como na Paraíba, Alagoas e Bahia (Kuhlman 1977: 85-110). As características do ambiente de cerrado são derivadas principalmente do clima quente e semi-úmido, com precipitações superiores a 800 mm anuais e uma estação seca bem marcada, que alcança uma duração de 4 a 6 meses. Em função dessa variação de umidade, a paisagem associada à cobertura vegetal muda bastante, repercutindo, conseqüentemente, na disponibilidade de recursos de subsistência para os grupos humanos (Kuhlman 1977: 85-110).

Na composição florística do cerrado intervêm árvores de médio e grande porte e uma mata arbustiva, existindo alternadamente também áreas de campos limpos. A ciclicidade climática deve ter imposto aos grupos indígenas pré-coloniais uma dinâmica socioeconômica que observasse o ritmo da natureza, já que dela retiravam o sustentáculo para a perpetuação biológica e cultural.

A descrição sucinta e taxativa desses principais ambientes naturais do Nordeste não exclui a existência de áreas de transição entre um e outro. Assim, por exemplo, temos a região denominada "agreste", que corresponde a uma paisagem transicional entre a floresta tropical e a caatinga. Ou,

então, o chamado "cerradão", que inclui espécies do cerrado e da caatinga ao mesmo tempo, resultando de condições climáticas também de transição.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS NO NORDESTE

As pesquisas arqueológicas na região nordestina começaram a ser implementadas, sistematicamente, a partir da década de 60. Desde então, foram se formando núcleos de estudos nesta área do conhecimento, que têm hoje consolidado o reconhecimento nacional e internacional, pela sua copiosa produção científica.

Sem sombra de dúvidas, sobressaem dentre eles o núcleo da Universidade Federal de Pernambuco e o da Fundação do Museu do Homem Americano, no Piauí, ambos considerados como centros tradicionais de pesquisa. O primeiro deles, denominado Núcleo de Pesquisas Arqueológicas, funciona no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História, com duas concentrações: Arqueologia Pré-Histórica, coordenado por Gabriela Martín, e Arqueologia Histórica, coordenado por Marcos

Albuquerque. Ainda no Recife devemos mencionar o núcleo que funciona dentro da Universidade Católica, liderado por Jeannette Lima.

Os estudos realizados por Gabriela Martín iniciaram-se na década de 70 nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba e, hoje, têm se tornado referências básicas fundamentais para quem se dedique às pesquisas sobre populações pré-coloniais do Nordeste. Ademais, essa pesquisadora tem conseguido reunir um bom número de jovens estudiosos, que estão dando prosseguimento aos trabalhos por ela iniciados, e abrindo novas frentes de investigação (4).

No Piauí, Niède Guidon trabalha na área arqueológica de São Raimundo Nonato desde 1970. Os trabalhos continuados nessa região têm proporcionado novos dados para avaliar a antigüidade da presença do homem na América, despertando, obviamente, uma grande polêmica, no âmbito científico mais conservador. Também, neste caso, os trabalhos realizados por Guidon se impõem, aos que queiram pesquisar o Nordeste, como marcos de referência, e mesmo aqueles que os questionam não poderiam deixar de considerá-los.

Ao longo destes últimos anos foram surgindo novos núcleos, especialmente ligados às universidades, como o Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Recife, o Núcleo de Antropologia da Universidade Federal do Piauí, em Teresina, o Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal, os núcleos das universidades federais de Sergipe e de Alagoas, em Aracaju e João Pessoa. Em Sergipe não podemos deixar de mencionar o núcleo formado a partir de um projeto de salvamento arqueológico, na localidade de Xingó, sobre o Rio São Francisco, atuando hoje permanentemente. Outros grupos recentemente formados são os da Fundação José Américo da Paraíba, em João Pessoa, e o Núcleo de Estudos de Etnologia e Arqueologia, em Fortaleza, Ceará.

A Bahia constitui um caso particular, posto que, apesar das pesquisas sistemáticas terem sido iniciadas em 1960, uma trajetória extremamente fragmentada impediu que, dentro da Universidade Federal da Bahia, se consolidasse uma tradição de pesquisa nessa área. Os estudos começados por Valentín Calderón, no Laboratório de Arqueologia, são retomados hoje no Museu de Arqueologia e Etnologia e no Núcleo Avançado de Pesquisas Arqueológicas de Porto Seguro. Nas universidades estaduais de Feira de Santana e de Ilhéus, dois pequenos grupos começaram suas atividades recentemente, desenvolvendo um programa conjunto com a Universidade Federal da Bahia.

Por outro lado, cabe mencionar Maria Conceição Beltrão, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que realiza periodicamente viagens de campo ao município de Central, no semi-árido baiano. Se bem que sua atuação se remonta à década de 80, realizando escavações e levantamentos de sítios arqueológicos em quase toda a Chapada Diamantina e o Vale do Médio São Francisco, Beltrão não chegou a constituir um grupo estável ligado a alguma instituição da Bahia.

O CONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO SOBRE A ANTIGÜIDADE DA PRESENÇA HUMANA NO NORDESTE

Nos últimos anos a arqueologia da região nordestina do Brasil tem vindo à tona, principalmente, em função dos achados realizados na área de São Raimundo Nonato, no sudeste do Piauí. De fato, Niède Guidon, coordenadora das pesquisas nessa região, tem apresentado resultados inesperados quanto à presença do homem nessa localidade, criando uma viva polêmica no âmbito científico.

Referimo-nos, especificamente, às datações radiocarbônicas, obtidas a partir de restos de fogueiras, que retroagem a data da ocupação dessa área, por grupos humanos, em aproximadamente 50.000 anos AP.

4 Em 1996, a profª Gabriela Martín publicou um livro, intitulado *Pré-História do Nordeste do Brasil*, no qual, sob a forma de um completíssimo compêndio, debruça-se sobre os mais diversos aspectos da arqueologia pré-colonial nordestina. Recomendamos vivamente a leitura para quem se interesse em aprofundar mais os conhecimentos arqueológicos sobre essa região.

Como pode ser deduzido, isso significa aceitar a entrada do homem na América em períodos bem mais antigos do que se pensava, através da ponte terrestre formada no Estreito de Bering, nos diferentes momentos em que as glaciações provocavam a descida do nível do mar em cerca de 100 m (5) (Guidon 1991a: 17).

O sítio arqueológico Toca do Boqueirão da Pedra Furada, que proporcionou tais datações, tornou-se assim o centro das discussões científicas. Trata-se de um grande abrigo rochoso, de natureza arenítica, que serviu de local de instalação para diversos grupos humanos. Conforme Guidon, a estratigrafia denota uma seqüência de ocupações de grupos de caçadores-coletores que vão dos quase 50.000 anos até aproximadamente 6.000 anos AP (Guidon 1991a: 17-8; 1992: 39-44). Essa pesquisadora menciona, como indicadores de presença do homem nesse abrigo, restos de fogões (estruturas de blocos de pedras do próprio abrigo e carvões, com disposição aproximadamente circular) e instrumentos de quartzo e quartzito, realizados através de lascamentos de seixos (6). Guidon opina ainda que certas lascas derivadas do processo de execução dos instrumentos demonstrariam que alguns deles foram confeccionados no local. O arqueólogo Fábio Parenti, pesquisador em São Raimundo Nonato, encarregando-se de oferecer mais subsídios às pesquisas de Guidon, estudou o material coletado e apresentou os resultados em uma tese de doutoramento, na França, na qual argumentou sobre a natureza intencional dos objetos líticos encontrados (7) (Martín 1996: 79).

Guidon construiu uma seqüência de ocupações, distinguindo três fases ou períodos, conforme o tipo de material e uma cronologia estabelecida por datações de C14. A mais antiga dessas fases abarcaria uma faixa temporal que iria desde os mencionados 48.000 anos até o final do Pleistoceno, isto é, aproximadamente 12.000 anos atrás. O material desse período foi classificado por Guidon em dois tipos: um deles correspondente a objetos grandes e pesados, usados possivelmente para a quebra de ossos de animais; o outro, composto por peças feitas a partir de lascas, é menor e, por isso, mais leve, destinado principalmente ao corte dos animais de caça (Guidon 1992: 40).

Outros indicadores materiais da presença humana pleistocênica nesse sítio são proporcionados pela pesquisadora e sua equipe. São manchas de pigmentos vermelhos em blocos caídos do abrigo, associados a fogões, que permitiram a datação de toda a camada em aproximadamente 32.000 anos. Um outro bloco, desta vez com duas linhas vermelhas paralelas, foi encontrado junto a outro fogão, datado em 17.000 anos. Com este último achado, a autora afirma nos encontrarmos diante das primeiras manifestações confiáveis de arte rupestre até agora descobertas (Guidon 1992: 41).

As primeiras instalações de caçadores-coletores holocênicos da Toca do Boqueirão da Pedra Furada parecem indicar mudanças substanciais nos ocupantes: diminuição do tamanho das fogueiras e um novo equipamento de instrumentos, mais bem retocados e confeccionados em rochas mais apropriadas, como o sílex e a calcedônia, trazidas de locais que distavam entre 2 e 50 km do sítio. A variedade de instrumentos é expressiva, pressupondo múltiplas funções: raspadores, facas, pontas de projétil e furadores. Por sua vez, é nesse período que começam a aparecer as primeiras representações gráficas pintadas de um estilo particular, de índole naturalística, com motivos humanos compondo cenas e com muito movimento, que Guidon e a pesquisadora Anne Marie Pessis denominaram de Nordeste (Guidon 1992: 42-5).

A última das fases de ocupação do abrigo começa cerca de 6.000 anos atrás e está caracterizada pela produção de instrumentos líticos pouco elaborados. Deixa de ser utilizado o sílex e volta a empregar-se os seixos de quartzo e quartzitos. Os retoques que dão acabamento aos instrumentos também se tornam raros. Desde o ponto de vista da arte rupestre, um novo estilo se impõe, a tradição pictórica Agreste, caracterizada pelas representações de figuras humanas e de alguns animais, está-

5 No Quaternário existiram pelo menos quatro momentos de esfriamento planetário, que provocaram a acumulação de gelo sobre o continente, os chamados glaciares, e a descida no nível das águas oceânicas. Essas glaciações marcam todo o período geológico denominado Pleistoceno. O aquecimento gradual de aproximadamente 12.000 a 10.000 anos atrás marca o início de um novo período: o Holoceno.

6 Lascamento é um termo genérico que designa procedimentos diferentes para retirar fragmentos de um bloco rochoso ou de um seixo, as "lascas", com a finalidade de produzir um gume em objetos.

7 Nos objetos líticos, isto é, de pedra, existem traços específicos que permitem reconhecer se eles são produto da ação humana ou de agentes naturais. Assim, o arqueólogo pode identificar a intencionalidade na transformação de um seixo ou de um bloco de rocha.

ticas e executadas com traços pouco cuidados (Guidon 1991b: 19).

Cabe ressaltar que, na mesma área arqueológica do Boqueirão da Pedra Furada, foram pesquisados outros sítios, que continham também vestígios de ocupações pleistocênicas e holocênicas, coincidentes em termos de materiais e cronologia, o que contribuiu para a conformação de um quadro cultural mais generalizado. Os principais sítios são: Toca do Sítio do Meio, Toca do Baixão do Perna I, II, III e IV, entre outros. Por sua vez, outros abrigos proporcionaram informações sobre um tipo de fauna, hoje extinta, especificamente ossos de cavalo americano, preguiças gigantes, mastodontes e paleo-lhamas (Guidon 1992: 44; Martín 1996: 88-9). Esses animais são representantes de um ambiente onde existia maior umidade que no atual e, muitos deles, foram caçados por grupos humanos. Isso aconteceu antes da mudança climática iniciada no Holoceno, que provocou a extinção de várias espécies.

Essa rápida síntese que apresentamos, sobre a antigüidade do homem no Nordeste, não poderia estar completa sem menção aos trabalhos de Maria Conceição Beltrão, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, coordenadora do Projeto Central. Chamamos a atenção especificamente para os achados do sítio da Toca da Esperança no município baiano de Central. Nesse sítio, Beltrão e sua equipe, depois de escavar os primeiros níveis do solo (entre 2.000 e 6.000 anos de idade aproximadamente), encontraram um piso calcário, que foi datado em cerca de 22.000 anos. Embaixo dele foram achados numerosos restos de fauna extinta, associados a material lítico, de confecção rudimentar, que, segundo a autora, correspondem a objetos fabricados pelo homem. Os ossos, já fossilizados, foram datados, pelo método de urânio/tório, em quase 300.000 anos, devendo ser essa, pela mesma posição na camada, a mesma idade dos objetos em pedra. Com estes dados, Beltrão coloca a discussão da presença do *Homo erectus* na América (8) (Beltrão et al. 1990: 141).

Evidentemente, o anúncio desta descoberta provocou, e provoca ainda, perplexidade em alguns e, em outros, ceticismo, recebendo duras críticas de muitos especialistas quanto à identificação do material como produto humano ou quanto ao contexto estratigráfico do achado. Desde então, nenhum outro vestígio foi apresentado por Beltrão, confirmando a sua hipótese.

O POVOAMENTO DO NORDESTE DURANTE O HOLOCENO

A identificação no material arqueológico de aspectos vinculados à fabricação de instrumentos em pedra parece comprovar a existência de um horizonte cultural de caçadores-coletores, com alcance inter-regional. Referimo-nos à indústria lítica da "Tradição Itaparica" (9).

Com este tipo de indústria parece ser a primeira vez que surgem instrumentos que formam uma unidade tecnológica desde o início do Holoceno. A Tradição Itaparica foi identificada pela primeira vez por Valentín Calderón em um abrigo rochoso, sobre as margens pernambucanas do São Francisco, denominado Gruta do Padre, próximo à localidade de Itaparica (Calderón 1972: 49-74).

Em 1967 Calderón efetuou escavações nessa gruta, identificando quatro momentos de ocupação do sítio; o primeiro aproximadamente com 7.600 anos e o último com cerca de 2.300 anos, incluindo cerâmica. A diferenciação dos instrumentos e das datações sugere uma descontinuidade cultural entre os primeiros grupos e os últimos chegados ao abrigo, o que permite supor se tratar de uma passagem de sociedades de caçadores-coletores para outras de ceramistas, provavelmente já conhecedores da agricultura.

No que diz respeito aos objetos dos momentos mais antigos, associados à Tradição Itaparica, Calderón destaca, em primeiro lugar, que se trata de uma produção feita a partir de lascas retiradas de seixos, que se encontram, abundantemente, nas margens do São Francisco. Com elas foram feitos

8 O *Homo erectus*, espécie de aparição anterior ao *Homo sapiens*, não tem sido registrado na América. Daí a cautela e a resistência dos arqueólogos em aceitar uma datação tão antiga associada a material arqueológico.

9 O termo "indústria" é empregado, em Arqueologia, para designar um conjunto de instrumentos de morfologia estandartizada, que são produtos de gestos padronizados, circunscrito espacial e temporalmente.

instrumentos variados, entre os quais predominam os raspadores semicirculares e com outras morfologias. Nesse conjunto lítico inexistem as pontas de projétil.

Mas nossa atenção deve estar voltada para os objetos plano-convexos, denominados por Calderón como pontas-facas-ogivais e pontas-facas-raspadores, ou "lesmas", que sem ser abundantes, por se encontrarem nos três níveis mais antigos, fornecem ao conjunto uma certa unidade. São esses os objetos, bem trabalhados, que foram tomados como diagnósticos dessa tradição, por outros autores, para identificá-la em outras áreas.

Assim parece ter sido que Pedro Schmitz considerou esses instrumentos quando descreveu seus atributos principais como unifaciais, alongados, feitos sobre lâminas estreitas, trabalhados em todos os bordos com retoques, terminados em forma ogival. Foram essas particularidades assim que lhe permitiram reconhecer a presença dessa tradição em área de cerrado, no estado de Goiás. Schmitz obteve datações consideravelmente anteriores às da Gruta do Padre para esse material, compreendidas entre 11.000 anos e 8.000 anos, aproximadamente. Outros arqueólogos também identificaram essa tradição em outras partes do Nordeste, como em Pernambuco, segundo Armand Laroche (1991:31-2) e Gabriela Martín (1986), no oeste da Bahia conforme Pedro Schmitz (1987) e Altair Barbosa (1992), e, recentemente, Paulo T. de S. Albuquerque comunicou ter encontrado instrumentos dessa tradição lítica em sítios dunares litorâneos do Rio Grande do Norte (Albuquerque e Spencer 1994: 181)

Tradição lítica Itaparica, lesmas da Gruta do Padre (PE). Fonte: MAE/UFBA

Em função da presença de objetos dessa tradição em áreas ecológicas tão diversas (cerrado, caatinga e litoral), e partindo do pressuposto de que efetivamente esses arqueólogos se referem ao mesmo tipo de objetos, só é possível a explicação sobre essa imensa extensão territorial da Tradição Itaparica pelo fato de que o conhecimento tecnológico, reconhecível nela, é suficientemente universal como para ser aplicado na fabricação de instrumentos úteis em situações ambientais com recursos distintos.

Após essa tradição lítica não parece ter havido, no Nor-deste, uma outra tecnologia de confecção de instrumentos que se tenha difundido por grandes extensões. Pelo contrário, os estudos arqueológicos permitem pensar que houve um florescimento de indústrias locais, em diferentes períodos, fazendo uso de um ou vários recursos técnicos, tornando difícil uma verdadeira identificação de conjunto.

Cabe ressaltar que os procedimentos de lascamento foram usados fartamente por grupos indígenas pré-coloniais e em alguns lugares até pouco antes da chegada dos portugueses. Lembramos, por exemplo, alguns sítios na mesma área são-franciscana de Itaparica, mas localizados nas margens baianas. Especificamente, em Itacoatiara I e II, dois sítios em abrigo em rocha, foram encontrados instrumentos e resíduos de lascamento, em diferentes níveis datados entre 2.300 anos e 420 anos, aproximadamente. Isso quer dizer que os vestígios de lascamento correspondem, pelo menos, a um momento imediatamente anterior à presença dos primeiros europeus nessa região (Etchevarne 1995: 125-6). Mais ainda, alguns moradores ribeirinhos, identificados ou não como indígenas, têm-nos referido que até tempos relativamente recentes eram utilizados seixos, que são abundantes nessa área do São Francisco, para retirar grandes las-

cas de quartzo, quartzito e sílex, que empregavam para descamar os peixes, antes da sua cocção. Deixamos para os arqueólogos do futuro o trabalho de reconhecimento das lascas utilizadas por esses grupos atuais.

Por outro lado, essa prática de lascamento para a confecção de instrumentos coexistiu, em muitos lugares, com a do polimento, técnica que, no que diz respeito à fabricação de instrumentos, era utilizada, principalmente (10), para realizar lâminas de machado. Os sítios dunares da região de Rodelas no submédio São Francisco são uma prova eloqüente disso. De fato, neles se encontram inúmeros instrumentos lascados e resíduos de lascamento, junto a lâminas de machado e adornos labiais (tembetás) polidos (11) (Etchevarne 1992: 63).

INSTALAÇÕES HUMANAS NO LITORAL: OS SAMBAQUIS

Um tipo especial de sítio arqueológico, o sambaqui é uma estrutura formada por um conjunto de conchas, resultante dos restos alimentares de populações essencialmente, mas não unicamente, marisqueiras (12). Esses acúmulos podem chegar a formar colinas de vários metros de altura, como resultado do uso prolongado do mesmo espaço. Essas estruturas serviam igualmente como habitação para os povos coletores, razão pela qual podem ser encontrados outros vestígios de atividades, como objetos em pedra e em osso, restos de fogueiras, enterramentos e material cerâmico.

Evidentemente, dada sua natureza, os sambaquis só podem ser encontrados em locais onde a coleta de mariscos era uma opção econômica para as populações pré-coloniais do litoral: ilhas e territórios em volta de baías, com desembocadura de rios importantes. Até o presente foram localizados sambaquis nas baías de São José, no Maranhão, e na de Todos os Santos, na Bahia, mas pessoalmente temos notícias de sambaquis no litoral de Sergipe, e Gabriela Martín alude a um provável sambaqui, ou assentamento conchífero, no litoral do Rio Grande do Norte, baseando-se em uma publicação do geólogo Eduardo Bagnoli (Martín 1996:120).

No Maranhão, os sambaquis foram estudados inicialmente por Mário Simões e, posteriormente, por pesquisadores do Museu Emílio Goeldi, do Pará. As estruturas conchíferas apresentaram também restos alimentares de peixes, instrumentos líticos, enterramentos e uma cerâmica decorada com pintura, incisões ou escovado. No sambaqui de Maiobinha, as datações radiocarbônicas permitiram situar este sítio entre, aproximadamente, 1.500 e 1.300 anos de antigüidade (Machado et al. 1991: 99).

Na Bahia de Todos os Santos, Calderón realizou, em 1961, estudos sobre o samba-

10 Denomina-se polimento ao procedimento de confecção de instrumentos que permitia obter formas e gumes de objetos com superfícies muito alisadas. Esta técnica também foi empregada para a confecção de adornos corporais e figuras e estatuetas, entre outros objetos. Cronologicamente, em todo o mundo, este procedimento foi empregado com muita posterioridade ao de lascamento.

11 As datações radiocarbônicas, obtidas a partir de carvões de fogueiras, indicam uma ocupação humana das dunas são-franciscanas que remonta a aproximadamente 830 anos atrás.

12 O material conchífero varia de sambaqui para sambaqui e de período em período. Em linhas gerais, os restos são identificados como de *Anomalocardia brasiliana*, *Lucina pectimates*, *Crassostrea sp.*, etc.

Tembetás do sítio Surubabel (sobre dunas) no submédio São Francisco (BA). Fonte: MAE-UFBA

Sítio Surubabel, Setor Paraíso (BA). Fonte: MAE-UFBA

qui da Pedra Oca, em Peri-Peri, no subúrbio de Salvador. Esse sítio transformou-se em um marco importante para a arqueologia baiana, já que corresponde à primeira intervenção sistemática, com escavações, feita no estado. Também neste caso, entre os vestígios residuais das populações marisqueiras, Calderón encontrou material lítico lascado, objetos de concha e de osso e enterramentos. Fragmentos de vasilhames cerâmicos, presentes nos níveis II e III, mostram uma manufatura tosca, de paredes espessas e apenas alisadas, acinzentadas ou amareladas e sem decorações. As datações de C14 obtidas para este sítio correspondem a 2.800 anos, aproximadamente, antes do presente (Calderón 1964).

Existem também sambaquis ao longo das margens de alguns rios nordestinos. Sambaquis fluviais já tinham sido registrados por Calderón, por exemplo, nas margens do Rio João de Tiba, em Santa Cruz Cabrália. Em 1997, foram localizados mais dois, bastante destruídos, sobre o Rio Buranhém, no município de Porto Seguro, pela equipe do Napas/UFBA (13).

Como curiosidade histórica podemos mencionar que os sambaquis se confundem com a própria construção das cidades coloniais. Efetivamente, os carbonatos de cálcio das conchas serviram, depois de queimados, para a fabricação de cal, que foi utilizada para as construções dos primeiros momentos de instalação portuguesa. Assim o deixam documentado dois religiosos, um franciscano e um jesuíta, do início do século XVII. Frei Vicente de Salvador conta que "[...] faz-se também muita cal, assim de pedra como da terra, e de cascas de ostras que o gentio antigamente comia [...]" (Salvador 1982: 75), e Fernão Cardim corrobora que "[...] os Índios naturais antigamente vinham ao mar ás ostras, e tomavam tantas que deixavam serras de cascas [...]", "[...] e destas cascas fazem [os portugueses] cal, e de hum só monte se fez parte do Collegio da Baia, os paços do governador, e outros muitos edifícios, e ainda não hé esgotado [...]" (Cardim, 1980: 51).

AS CULTURAS CERAMISTAS DO NORDESTE

A produção de cerâmica é uma atividade muito recuada no Nordeste brasileiro, conforme os dados apresentados por Niède Guidon para a Toca do Sítio do Meio, Piauí. Ali, essa pesquisadora encontrou dois fragmentos cerâmicos, associados a uma fogueira, que proporcionaram amostras de carvão datadas em quase 9.000 anos de idade. Indiscutivelmente, com uma data tão antiga, cabe pensar em uma invenção deste material na mesma região ou em territórios próximos.

De qualquer forma, devemos esperar que novas pesquisas possam oferecer os dados para reconstruir uma cronologia que, desde essa longínqua data, se una a outras mais recentes, que proporcionaram os achados do interior do Nordeste. Por enquanto, existe um hiato entre a cerâmica da Toca do Sítio do Meio e as escavadas no sudeste do Piauí, por Silvia Maranca, que datou o sítio Toca do Pingo do Boi entre 3.300 e 3.000 anos, aproximadamente. Outros sítios proporcionaram datações mais recentes, como Toca do Morcego, com cerca de 2.800 anos, Toca do Gongo I, com quase 2.100 anos, e Aldeia de Queimada Nova, em mais ou menos 1.700 anos atrás.

No Médio São Francisco, por sua vez, pesquisadores da Universidade de Sergipe, reunidos no Projeto Arqueológico Xingó, vêm desenvolvendo um programa de pesquisas em toda a região atingida pela barragem da hidroelétrica. Iniciado como um salvamento arqueológico, hoje o programa se perfila como permanente e tem oferecido resultados importantíssimos para a compreensão da ocupação humana do Vale do São Francisco (14).

No que se refere à cerâmica, o sítio do Justino teve uma seqüência de ocupações ceramistas que remontam a mais de 4.000 anos atrás até cerca dos 1.300 anos. As datações de outro sítio, o São José II, entre, aproximadamente, 4.100 e 3.500 anos de idade, não fazem senão corroborar a anti-

13 Os sambaquis foram localizados na Fazenda Santo Amaro, hoje Aldeia Velha, na margem direita do Buranhém.

14 Atualmente, a responsável pelas pesquisas do Projeto Arqueológico do Xingó é a arqueóloga Maria Cleonice Vergne, da Universidade de Sergipe.

güidade da cerâmica nessa região sertaneja (Diniz 1998: 11)

Cerâmicas mais recentes, encontradas em abrigos na área de Itaparica, são coincidentes em termos de idade. Como dissemos anteriormente, o sítio Gruta do Padre, em Pernambuco, mostra que no último nível, datado há cerca de 2.300 anos, já existia uma ocupação de grupos ceramistas. Em Itacoatiara I, na margem baiana do São Francisco, a datação radiocarbônica de amostras de carvão de uma fogueira alcança essa mesma idade, desta vez para os níveis mais profundos (Etchevarne 1995: 125-6).

Sem considerar as já mencionadas cerâmicas do sambaqui do Maiobinha, no litoral do Maranhão, observamos que, no restante do Nordeste, existe um interregno entre os grupos ceramistas são-franciscanos e o surgimento de sociedades produtoras de cerâmica, que construíam grandes aldeias. No entanto, acreditamos que novas pesquisas poderão preencher essa lacuna temporal entre um e outro momento.

No litoral nordestino, mais especificamente na Bahia, foi constatado que, a partir do século IX (15), começam a se instalar populações identificadas por uma produção ceramista bastante uniforme. Referimo-nos aos grupos denominados, arqueologicamente, Aratu. Estes grupos foram identificados pela primeira vez por Valentín Calderón, próximos ao Riacho Guipe, na pequena Baía de Aratu, no Recôncavo Baiano, razão pela qual foram assim nomeados. O mesmo pesquisador identificou e realizou escavações em sítios, com material Aratu, em outras partes do estado da Bahia. De fato, a cerâmica Aratu foi encontrada no litoral, sítio Beliscão, em Inhambupe, e no cerrado do além São Francisco oito sítios nos municípios de São Desidério, Catolândia e Barreiras (Calderón 1969 e 1971). A semelhança do material, a extensão territorial do mesmo e a inclusão dos sítios em uma faixa cronológica contínua permitiram a Calderón reconhecer que ele se encontrava diante de uma verdadeira tradição ceramista.

Como elementos diagnósticos da Tradição Aratu sobressaem, sem sombra de dúvidas, as urnas funerárias. Estas são em forma de pêra ou jambo, invertido, com um tratamento da superfície externa apenas de alisamento. Uma tampa ou opérculo, formada por um recipiente também alisado, mais ou menos coniforme, fecha a abertura da urna, em uma provável tentativa de proteger o corpo do indivíduo enterrado do contato direto com a terra. Esse equipamento funerário forma um conjunto recorrente em qualquer dos ambientes onde é encontrado. O único fator diferenciador, até o presente, que o constitui, é uma linha incisa que acompanha a abertura das urnas, nos sítios de São Desidério.

Normalmente, as urnas funerárias Aratu são encontradas formando grupos, delimitando o que poderia ter sido o espaço da aldeia. Calderón, por exemplo, encontrou sítios com conjuntos que variavam entre 25 e 54 urnas (Calderón 1969: 164; 1971: 170). Na Vila de Piragiba, no município de Muquém do São Francisco, oeste da Bahia, trabalhos de campo realizados por nós, em uma área aproximada de 100 x 400 m, permitiram a localização de 103 urnas, reunidas em grupos de três ou cinco unidades ou então isoladas. Porém, o número devia ser maior, posto que, segundo informações dos moradores da vila, houve retiradas clandestinas de pelo menos sete urnas antes de nossa pesquisa (16). Este número expressivo de enterramentos pode ser um bom indicador da alta demografia do grupo, de uma permanência prolongada no local ou de ambos os fatores conjugados.

No caso de Piragiba, pode ser constatado que os indivíduos eram enterrados de forma fletida, com os braços colocados entre as pernas. Em alguns casos de adultos, havia, como acompanhamento funerário, rodelas de fuso, pequenas tigelas de cerâmica, e pelo menos em um caso um pingente (ou adorno auricular) e em outro uma ponta de projétil óssea. As crianças, por sua vez, eram enterradas, todas elas, com colares de contas de ossos ou de dentes de animais. Segundo Calderón, os enterramentos Aratu podiam conter, ainda, cachimbos, lâminas de machado e, pelo menos no caso do sítio da Viúva, conchas

15 Naturalmente, essas datas poderão ser alteradas na medida em que novas pesquisas proporcionarem outras informações.

16 O sítio da Praça de Piragiba foi datado por C14 em 870 ± 50 anos AP.

de moluscos (Calderón 1971: 170-1).

Além das urnas funerárias, outros objetos cerâmicos podem ser encontrados, quando os sítios não estão muito destruídos e parte dos vestígios de habitação está preservada. Dentre os vasilhames de caráter doméstico, para preparação de alimentos, estão as panelas e tigelas de formas simples, semi-esféricas ou acilindradas, de paredes abertas, alisadas e que, como elemento decorativo, possuem uma ondulação pouco pronunciada nas bordas. A morfologia desses recipientes induz alguns arqueólogos a pensar que estes serviriam para o cozimento de tubérculos, possivelmente aipim ou batata-doce, e do milho. A mandioca ficaria, assim, excluída como alimento desses grupos, em função de não terem sido achados vasilhames apropriados para o processamento que exige este tubérculo para ser ingerido.

As aldeias dos grupos Aratu eram compostas por cabanas em número variável, conforme pode ser distinguido pelas manchas escuras de matéria orgânica que ficaram no solo. Aparentemente, eram instalações de longa permanência a julgar pela profundidade da camada de habitação, que em alguns casos, como por exemplo no sítio Beliscão, alcançam 90 cm. A Tradição Aratu tem uma dispersão territorial desigual no Nordeste. Conforme Calderón, sítios Aratu podem ser encontrados, além da Bahia, em Sergipe, Pernambuco e sul do Piauí (Calderón 1969: 166-7; 1974: 146). No restante dos estados nordestinos não parece ter sido encontrado ainda nada que possa ser associado, com segurança, a esses grupos. Por sua vez, essa tradição poderia ultrapassar os limites nordestinos e ser encontrada nos estados de Goiás, Espírito Santo e norte de Minas Gerais.

Uma nova tradição ceramista é reconhecida no Nordeste, a partir do XI milênio, com os sítios arqueológicos derivados de instalações Tupi-guarani. Os grupos identificados sob esta denominação corresponderiam a um grande contingente pluriétnico que ocupou quase todo o litoral brasileiro em diferentes movimentos migratórios. Muitos arqueólogos definem sua origem como amazônica e nessa mudança territorial foram instalando-se na faixa litorânea, onde predominava a mata atlântica. Alguns autores, entre os quais Marcos Albuquerque, da Universidade Federal de Pernambuco, que estudou a cronologia dos sítios dessa tradição, opinam que a interiorização desses grupos para áreas mais áridas, provavelmente por contingências históricas, foi efetuada via os rios perenes, adaptando-se a um ambiente de mata ciliar (Albuquerque 1983-84: 131-4; 1991: 177-18).

Arqueologicamente foi evidenciado também que esses grupos adventícios se instalaram em locais onde já existiam outras populações. No sítio Aratu de Beliscão, na Bahia, por exemplo, as camadas mais superficiais, portanto as mais recentes, contêm cerâmica com características Tupi-guarani. Isso levou Calderón e outros arqueólogos a cogitarem a possibilidade de contatos entre grupos representantes das duas tradições (Calderón 1971: 172; 1974: 152). A esse respeito, não podemos deixar de achar sugestivo uma passagem do tratado de Gabriel Soares de Souza, que, ao final do século XVI, reconheceu, conforme informações dos "índios muito antigos", que os primeiros povoadores eram "tapuias", ou seja, não-Tupi. Grupos Tupi, chamados Tupinaês, "[...] expulsaram da terra da Bahia e da vizinhança do mar[...]" os preexistentes tapuias. Mas "[...] chegando à notícia dos tupinambás a grossura e fertilidade desta terra se juntaram e vieram de além do Rio São Francisco [...] fazendo guerra aos tupinaês [...], até que os lançaram fora das vizinhanças do mar [...]" (Souza 1971: 299-300). Este fantástico relato oral coletado por Souza, mantido na memória dos mais "antigos", bem pode refletir, realística e sinteticamente, os processos de ocupação de um território e os contatos belicosos, ocorridos no avanço dos diferentes grupos Tupi.

Do ponto de vista arqueológico, os diversos grupos Tupi, que em arqueologia estão englobados na denominação Tupi-guarani, são reconhecidos, em primeira instância, pelo material cerâmico. A deco-

ração, a forma e a função (inferida da forma) são os elementos básicos considerados para definir um sítio arqueológico como pertencente a essa tradição ou pelo menos influenciado por ela (17). Efetivamente, a cerâmica tem características que a diferenciam de qualquer outro conjunto ceramista.

Para começar, as formas dos recipientes, ao contrário das de Tradição Aratu, são muito variadas. Existem formas simples, globulares, semi-esféricas, e compostas normalmente com duas partes (superior e inferior), nitidamente diferenciadas. Nesse caso, entre as partes dos vasilhames costuma haver uma aresta, que constitui o diâmetro máximo da peça: a carena. É justamente no setor da carena que o recipiente vai se restringindo, em direção à abertura e à base. Os recipientes carenados são identificados como contentores de líquidos.

Entre a cerâmica de formas abertas se destacam os recipientes tipo bacias, de pouca altura, muito largos, de bases planas ou ligeiramente arredondadas, com bordas grossas reforçadas, denominados assadores, que serviam para o processamento da mandioca. Para os arqueólogos, esse tipo de vasilhame é um elemento diacrítico para interpretar que o grupo tinha uma economia alimentar em que esse tubérculo ocupava um papel preponderante.

O tratamento de superfície dos vasilhames consiste em pinturas e alterações à superfície mediante incisões ou pressões quando ainda não estava queimada. As incisões podiam ser feitas com as unhas (ungulado), ou com instrumentos cortantes (estilhas de ossos, lascas, galhos, etc.). A modalidade decorativa corrugada consistia em ondulações rítmicas na superfície dos vasilhames provocada por pressão dos dedos ou de instrumentos espatulados.

As pinturas merecem um destaque na produção Tupi-guarani. Elas são encontradas nas superfícies externas dos vasilhames carenados e fechados, e na interna dos assadores e tigelas abertas. Sobre um fundo esbranquiçado ou creme, pintavam-se motivos geométricos variados, combinando-se linhas ou faixas em preto (ou marrom escuro) e vermelho. Esta disposição compositiva das três cores, uma cor para o fundo e outras para os desenhos, constitui um padrão repetido em todo recipiente pintado.

No que se refere aos motivos, parece existir também uma fórmula de aplicação dos elementos gráficos nos vasilhames. Nas espessas bordas dos assadores, interna e externamente, eram desenhados motivos geométricos de linhas paralelas, quebradas e tipo grega, que se assemelham aos trançados das cestarias. Faixas em vermelho, horizontais, delimitam os campos da borda com os das paredes internas, preparando visualmente o fundo do recipiente, destinado a ser suporte de uma decoração elaborada em que predominam os elementos curvilíneos (alguns semelhantes a rendados), composições de figuras retas, ou então temas compostos de curvas e retas. Cabe destacar que esses motivos são muito aprimorados, observando-se um cuidado especial na limpeza das linhas dos desenhos, de forma que raramente se encontra defeito por excesso de pintura. Já nos recipientes fechados, a superfície externa era pintada com motivos geométricos retilíneos, conformando, por exemplo, campos quadrangulares ou retangulares, concêntricos. Nos vasilhames carenados, na maioria das vezes a pintura está localizada unicamente na parte superior, ou seja, da carena à abertura.

No que se refere às instalações Tupi-guarani, os vestígios arqueológicos mostram variações importantes na composição de cabanas e na disposição espacial. Igualmente variadas são as dimensões do espaço que a aldeia ocupava. Em linhas gerais, eram grupos numerosos que habitavam cabanas grandes, dispostas de forma mais ou menos semicircular, elíptica, em círculo ou em linhas retas paralelas. As camadas arqueológicas referente a esses grupos estão, em sua grande maioria, em superfície, e alcançam uma profundidade máxima de 40 ou 50 cm.

Para a instalação das aldeias eram sempre escolhidos locais de boa visibilidade sobre o território entorno e com a proximidade de rios. Em Santa Cruz Cabrália, por exemplo, pesquisadores do Napas/UFBA acharam vestígios do que poderia ser uma

17 Concordamos com a opinião de Gabriela Martín de que em Arqueologia corre-se o rico de estarmos englobando em uma tradição grupos étnicos diferentes (Martín 1996: 170). Acreditamos que no processo de expansão dos povos Tupi-guarani, foram alcançados ou incorporados grupos étnicos que não eram dessa origem, sendo por aqueles tupinizados.

aldeia Tupi-guarani distribuídos por uma grande área de cerca de 750 m por 545 m. Este sítio encontra-se sobre o platô de um tabuleiro, com ampla visão da área de praias e o riacho vizinho. Um fragmento cerâmico dessa aldeia foi datado por termoluminescência, proporcionando uma idade aproximada de 400 anos, ou seja, concomitante ao período colonial inicial na região.

Assim como os grupos Aratu, os Tupi-guarani também costumavam sepultar em urnas, mas, nesse caso, não se seguia, necessariamente, um único padrão. Conforme informações etno-históricas, os Tupinambá podiam também enterrar seus mortos diretamente no solo abrindo uma cova dentro das palhoças, colocando os corpos envolvidos em suas redes (Souza 1971: 329-30). Por outro lado, Calderón registrou para grupos da área do São Francisco, por ele considerados como Tupi-guarani, a existência de enterramentos secundários, isto é, apenas dos restos ósseos. Acompanhamentos funerários faziam parte de qualquer um dos tipos de sepultamento, sendo alguns cachimbos, lâminas de machado, adornos corporais e pontas de projétil.

Tradição Nordeste, Sítio Mirador, Parelhas (RN). Fonte: G. Martín 1996

A ARTE RUPESTRE

Nesta síntese da arqueologia das populações pré-coloniais, não poderíamos deixar de falar de um tipo de sítio arqueológico, talvez o mais conhecido pelo público não-especializado, porque é reconhecível por todos e desperta questionamentos sobre suas origens: as representações gráficas rupestres. Numerosos sítios no Nordeste são registrados sob a convencional denominação de Arte Rupestre. Gabriela Martín e André Prous apontam para a mais antiga referência a uma gravura rupestre, no Brasil, feita por Feliciano Coelho de Carvalho, na Paraíba, em 1598 (Martín 1996: 208; Prous 1992:509). Para a Bahia, encontramos um documento do século XVIII, no Arquivo Histórico Ultramarino, que faz menção a locais com pinturas rupestres, com figuras humanas e de animais, encontradas durante uma viagem pelo interior do estado à procura de salitre.

O território do Nordeste possui um enorme acervo de pinturas e gravuras realizadas sobre um suporte fixo pétreo, seja em abrigos, em paredões tipo cânion ou em afloramentos rochosos. Os grafismos fo-

ram localizados até o momento em quase todos os estados nordestinos, com exceção do Maranhão.

Os trabalhos sistemáticos de muitos arqueólogos que trabalham no Nordeste, nesse campo da Arqueologia, permitem hoje reconhecer unidades estilísticas que foram denominadas de tradições. Existem algumas variações localizadas, feitas sobre a estrutura temática das tradições que os arqueólogos chamam de subtradições (18). A distribuição de sítios dessas tradições varia de estado para estado, havendo em alguns maior freqüência de uma ou de outra. Por outro lado devemos considerar que ainda não foram esgotadas as possibilidades de achados e que alguns territórios poderão apresentar um patrimônio insuspeitado (19).

Entre as tradições, aquela que se destaca, sem lugar a dúvidas, é a denominada Nordeste. Esta tradição pictórica, muito bem estudada na área de São Raimundo Nonato (PI) e em Seridó (RN), tem como característica principal as representações naturalísticas. Os temas bastante diversificados têm no elemento humano e no animal as representações mais recorrentes. O dinamismo, a mobilidade, a ação primam nos conjuntos pintados, que normalmente constituem composições de vários personagens. Nessa tradição parece existir uma história a ser contada, tal é a coerência de gestos dos componentes da cena (Guidon 1992: 47; Martín 1996: 246).

São reconhecíveis cenas de caça, jogo, luta, dança e sexo. Os personagens podem formar duplas ou um conjunto com um número grande de integrantes. Os animais também podem estar em grupos, como o caso de um bando de tucanos, em Seridó. As representações humanas possuem às vezes alguns atributos como cocares e armas, e às vezes exercem algumas atividades como transportar potes ou remar em canoas. Os elementos vegetais, galhos e árvores, também estão representados com certa freqüência, o que é um elemento a mais para destacar essa tradição, já que esses grafismos são muito raros nas representações rupestres.

A Tradição Agreste, por sua vez, reconhecida no Piauí, em Pernambuco, na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará, está representada por figuras humanas e de animais, mas não ilustra a vida quotidiana e ritualística, da forma como o faz a Tradição Nordeste. Por outro lado, inclui muitos grafismos geometrizantes abstratos, em especial o tipo carimbo (Guidon 1992: 46; Martín 1996: 247-55).

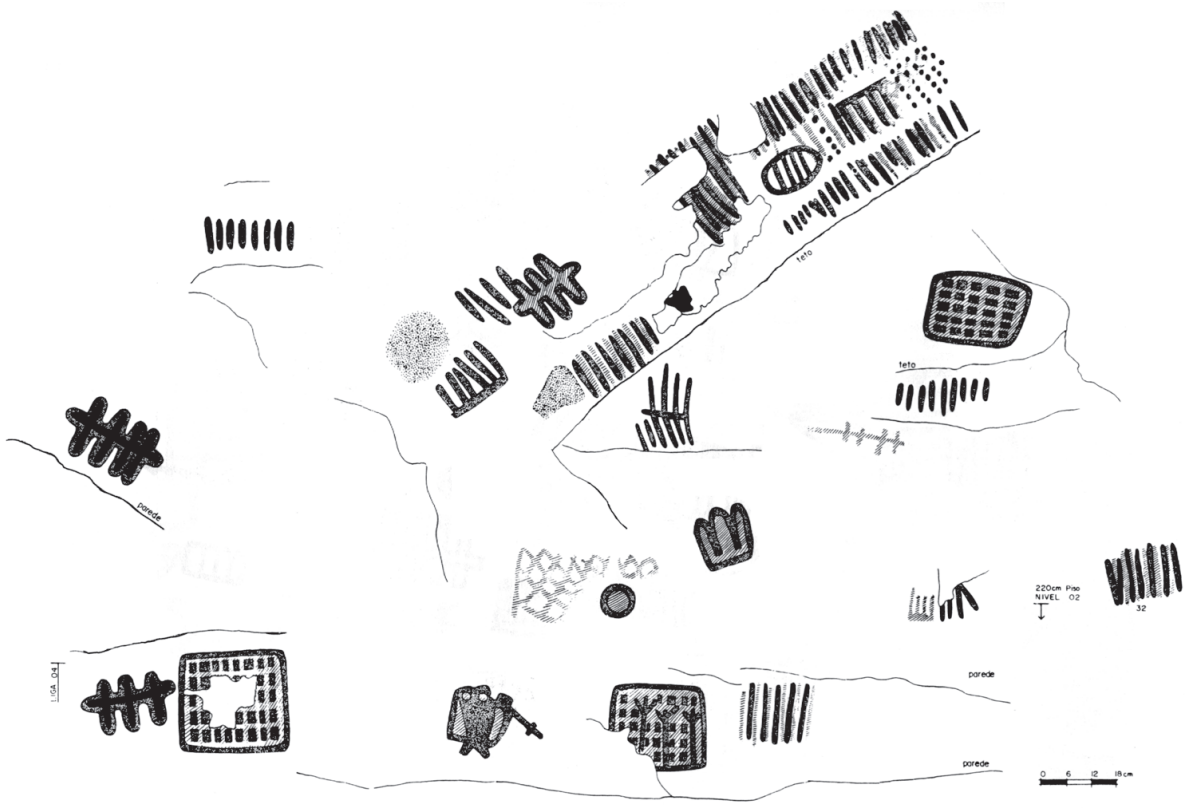
Outra tradição pictórica é a São Francisco, identificada por André Prous, inicialmente no norte de Minas Gerais, em área de influência do rio do qual deriva o nome. Esta tradição se encontra na Bahia, na Chapada Diamantina e no Vale do São Francisco e em Sergipe. Em oposição à Tradição Nordeste, esta quase não conta com elementos antropomorfos e zoomorfos. São as figuras abstratas, geometrizantes, que singularizam esta tradição. Nela sobressaem as composições de campos retangulares ou quadrangulares, com divisões internas, preenchidas com faixas, linhas e pontos. Na policromia das figuras distinguem-se várias tonalidades de vermelho, amarelo, branco e preto (Prous 1992: 525).

Em Central e em outros municípios baianos, especialmente da Chapada Diamantina, Maria Conceição Beltrão vem efetuando, paralelamente às escavações em grutas, estudos sobre arte rupestre. Nessa área

18 Mencionamos apenas os coordenadores de pesquisa, que desenvolveram trabalhos prolongados no Nordeste, orientados para as pesquisas de arte rupestre: Valentín Calderón (BA), Gabriela Martín (PE, RN), Niède Guidon (PI), Anne Marie Pessis (PI), Silvia Maranca (PI) Alice Aguiar (PE), Maria Conceição Beltrão (BA).

19 Existem sítios de arte rupestre que não estão associados a nenhuma das tradições estabelecidas. Citamos, por exemplo, o sítio Canyon das Pinturas, na Serra do Mulato, Juazeiro, Bahia, onde identificamos, sobre paredões de arenito fino, painéis com grande quantidade de motivos geométricos formados por linhas retas, em ziguezague ou em círculos, ponteados ou de traço pleno. Os únicos motivos naturalísticos são as raras representações de mãos e pés.

Tradição Agreste, Pedra do Velho Samuel (PB). Fonte: G. Martín 1996



Tradição São Francisco, Sítio BA-RC-28 (BA). Fonte: P. Schmitz, M. Barbosa e M. Ribeiros 1997

Beltrão assegura ter encontrado representações que evocam sóis e cometas, e que estariam associadas a períodos anuais ou calendários (Toca dos Búzios, Toca da Esperança e Toca do Cosmo, entre outros sítios). Por isso, acredita estar diante de uma nova tradição pictórica que denominou de Astronômica (Beltrão et al. 1990: 147).

Além das pinturas, o mundo das representações gráficas contempla também as gravuras em rochas, denominadas regionalmente de itaquatiaras. Os grafismos, em geral pouco ou nada identificáveis com elementos naturalísticos, foram elaborados por técnica de raspagem ou picoteamento. É constante a proximidade a fontes ou cursos d'água, que em alguns períodos do ano cobrem os grafismos, se estes estão sobre lajedos em área inundável. Por essa relação de contigüidade alguns autores, como Gabriela Martín, associam estas itaquatiaras ao culto das águas (Martín 1996: 269). A Pedra de Ingá, na Paraíba, é sem dúvida o mais conhecido dos sítios com gravuras do Nordeste brasileiro, despertando no imaginário popular e no pensamento de pseudocientistas grande fascínio.

OS GRUPOS INDÍGENAS DO NORDESTE À CHEGADA DOS COLONIZADORES

A ocupação portuguesa do território nordestino pode ser considerada um divisor de águas, em termos cronológicos, pelo impacto provocado no universo das sociedades indígenas. Efetivamente, com o colonizador, uma nova ordem irrompe, trun-

cando os processos sócio-históricos que eram próprios a esses povos. A bagagem ideológica européia se impõe e com ela uma percepção diferente do ambiente. Conseqüentemente, um modo radicalmente diverso de apropriação do território e dos recursos naturais instaura-se, novos componentes humanos incorporam-se; equipamentos tecnológicos experimentam-se e animais e plantas são introduzidos, substituindo os nativos e transformando a paisagem regional.

A ação colonizadora é de tal forma poderosa e intrusiva no universo indígena que podemos dizer, sem temor de nos enganar, que ela inaugura um novo momento, a partir do qual as sociedades indígenas não serão mais as mesmas. Este pressuposto permite-nos estabelecer uma macroperiodização que leva em consideração esse momento de chegada do colonizador. Assim, do ponto de vista da arqueologia, podemos destacar um período pré-colonial e outro colonial, conforme se trate de evidências materiais que sejam anteriores, concomitantes ou posteriores à chegada do português.

Certamente à chegada dos portugueses ao território nordestino, o litoral se configurava como um cenário onde se movimentavam grupos étnicos diferentes. Não obstante, grandes áreas estavam sob o domínio de povos que arqueologicamente podem ser enquadrados na Tradição Ceramista Tupi-guarani. Referimo-nos aos Tupinambá (20), na faixa costeira norte, juntamente com os Caeté e os Potiguar e, no litoral sul da Bahia, os Tupiniquim. No processo de conquista e colonização européia, esses grupos foram paulatinamente desaparecendo como entidades etnicamente diferenciadas, por extermínio, aculturação ou miscigenação.

O mesmo ambiente litorâneo era habitado, em algumas áreas, por grupos indígenas, de origem não-Tupi. Sob a denominação genérica de Tapuia, imposta pelos próprios grupos Tupi, eram englobados povos de diferentes composições étnicas. As informações históricas aludem a grupos de muita mobilidade, organizados em bandos

Gravuras do Sítio Pedra da Moeda (BA), Fonte: MAE-UFBA

20 O etnônimo Tupinambá pode ter sido aplicado genericamente, pelos colonizadores, a outros grupos Tupi, sem ser percebida a distinção com aqueles.

Gravuras do Sítio Bebedouro das Pedras (BA), Fonte: MAE-UFBA

ou constituindo aldeias. Conforme as referências de cronistas e missionários dos momentos iniciais da colonização, sabemos da existência dos Tremembé, no Ceará, e os Aimoré (um dos grupos conhecidos por Botocudo), na Bahia (Fausto 1992: 383; Dantas et al. 1992: 432). Posteriormente, serão registrados, na região da mata litorânea do sul nordestino, outros grupos não-Tupi como os pertencentes à família lingüística dos Maxakali, Kamakã e Pataxó (Dantas et al. 1992: 434).

No interior do Nordeste, grupos não-Tupi, de diversas famílias lingüísticas, dominavam os sertões da caatinga. Indiscutivelmente, destacam-se aqueles pertencentes à grande família Kariri, que ocupava os territórios interioranos desde o Ceará até a Bahia. Notícias etno-históricas mencionam muitos etnônimos, mas nem sempre é possível identificar qual deles estava vinculado à família Kariri (Dantas et al. 1992: 432).

Ademais devemos considerar a presença de grupos Tupi-guarani, que, como foi dito, se internaram no território nordestino. Dessa forma fica justificada a existência do sítio Zé Preto, em Piragiba, associado a essa tradição ceramista, datado em 455 anos ± 45 AP.

Pouco mais de um século depois da chegada dos primeiros colonizadores ao Nordeste a situação das populações indígenas tinha-se modificado profundamente. As sociedades indígenas litorâneas são as mais atingidas e as primeiras a sofrer o processo de extinção, com exceção dos grupos ou bandos de muita mobilidade, habitantes da mata atlântica, que alcançam o século XIX, ainda sem grande alteração no *modus vivendi*. Por sua vez, no interior do Nordeste, as frentes colonizadoras (missionárias ou pastoris) iniciam os contatos permanentes, mais tardiamente que no litoral. Estes, por envolverem um número muito reduzido de colonizadores, provocaram efeitos transformadores mais lentos. Já nas primeiras décadas do século XVII o conjunto de territórios que hoje denominamos Nordeste brasileiro ficou incorporado definitivamente, mas com graus diversos de controle, à sociedade colonial.

QUADRO DE DATAÇÕES REFERENTES A DIFERENTES MOMENTOS DA OCUPAÇÃO HUMANA NO NORDESTE

Apresentamos, a seguir, o quadro de datações radiocarbônicas que foi recopilado por Gabriela Martín (1996) e que transcrevemos aqui na íntegra. A esta completa listagem de dados cronológicos, anexamos algumas datações feitas por nós, recentemente, para o estado da Bahia.

Como pode ser observado, o quadro contém uma longa série de datações sobre ocupações humanas desde o Pleistoceno e sobretudo a partir do Holoceno, com uma distribuição irregular entre os atuais estados nordestinos. Esta irregularidade reflete, fundamentalmente, os diferentes níveis alcançados pelas pesquisas arqueológicas, no âmbito de cada estado, devendo mudar à medida que se avance nesses estudos.

Datações do Nordeste

Maranhão

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
2.495	SI	Ilha de São Luís	São Luís	MA
2.655	SI	Ilha de São Luís	São Luís	MA
2.520	SI	Lago Cajari	Penalva	MA

Fonte: G. Martín 1996. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Editora Universitária da UFPE, Recife.

Piauí

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
6.150 ± 50	GIF 8108	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
6.160 ± 130	GIF 5863	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
7.220 ± 80	GIF 8390	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
7.230 ± 80	GIF 7242	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
7.640 ± 160	GIF 4928	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
7.750 ± 80	GIF 6161	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
8.050 ± 170	GIF 4625	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
8.450 ± 80	GIF 6162	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
8.600 ± 60	GIF 8350	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
9.506 +135 – 132	FZ 436	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
9.800 ± 60	GIF 8351	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
10.040 ± 80	GIF 8389	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
10.050 ± 80	GIF 8352	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
10.400 ± 180	GIF 5862	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
13.989 + 167–164	FZ 433	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
14.300 ± 210	GIF 6159	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
17.000 ± 400	GIF 5397	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
18.310 ± 190	BETA 22086	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
19.300 ± 200	GIF 8125	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
21.400 ± 400	GIF 6160	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
23.500	GIF 5309(6)	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
>25.000	GIF 5398	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
>25.000	GIF 5648	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
25.200 ± 320	GIF 6147	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
25.600 ± 450	GIF 8353	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
26.300 ± 600	GIF 5963	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
26.300 ± 800	GIF 6309	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
26.400 ± 500	GIF 5962	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
27.000 ± 800	GIF 6308	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
28.600 ± 600	GIF 6654	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
28.860	GIF 5398(7)	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
29.740 ± 650	GIF 8354	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
29.860 ± 650	GIF 6651	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
31.500 ± 950	GIF 6041	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
31.700 ± 830	GIF 6652	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
31.860 ± 560	BETA 22085	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
32.160 ± 1.000	GIF 6653	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
>37.350	BETA 28831	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
>39.200	BETA 22858	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
39.500 ± 1.600	GIF TAN 89357	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
40.800 + 4.420 – 1.850	GIF 7619	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
41.000 + 3.000 – 2.200	GIF 8355	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
41.500 + 4.200 – 3.100	GIF 7681	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
42.400 ± 2.600	GIF TAN 89097	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
>42.600	GIF TAN 89354	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
>47.000	GIF TAN 89098	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
>48.000	GIF TAN 89265	Pedra Furada	S. R. Nonato	PI
8.800 ± 60	BETA 47494	T. Sítio do Meio	S. R. Nonato	PI
8.960 ± 70	BETA 47493	T. Sítio do Meio	S. R. Nonato	PI
9.200 ± 60	BETA 65856	T. Sítio do Meio	S. R. Nonato	PI
12.200 ± 600	GIF 4628	T. Sítio do Meio	S. R. Nonato	PI
12.330 ± 230	GIF 5403	T. Sítio do Meio	S. R. Nonato	PI
13.900 ± 300	GIF 4927	T. Sítio do Meio	S. R. Nonato	PI
14.300 ± 400	GIF 5399	T. Sítio do Meio	S. R. Nonato	PI
20.280 ± 450	BETA 65350	T. Sítio do Meio	S. R. Nonato	PI
7.610 ± 80	GIF 6438	Cald. dos Rodrigues I	S. R. Nonato	PI
9.480 ± 170	GIF 5650	Cald. dos Rodrigues I	S. R. Nonato	PI
18.600 ± 600	GIF 5406	Cald. dos Rodrigues I	S. R. Nonato	PI
9.700 ± 120	MC 2481	Toca da B. Vista II	S. R. Nonato	PI
9.850 ± 120	MC 2513	Toca da B. Vista II	S. R. Nonato	PI
5.090 ± 110	GIF 5865	Toca da B. Vista I	S. R. Nonato	PI
7.730 ± 140	GIF 4624	Toca da B. Vista I	S. R. Nonato	PI
9.160 ± 170	GIF 5864	Toca da B. Vista I	S. R. Nonato	PI
9.730 ± 140	GIF 4629	Toca da B. Vista I	S. R. Nonato	PI
3.800 ± 70	GIF 7376	Baixão do Perna I	S. R. Nonato	PI
4.920 ± 70	GIF 7739	Baixão do Perna I	S. R. Nonato	PI
5.200 ± 80	GIF 7377	Baixão do Perna I	S. R. Nonato	PI
6.420 ± 120	BETA 20701	Baixão do Perna I	S. R. Nonato	PI
7.010 ± 170	GIF 7741	Baixão do Perna I	S. R. Nonato	PI
7.350 ± 180	BETA 20700	Baixão do Perna I	S. R. Nonato	PI
9.540 ± 170	GIF 5414	Baixão do Perna I	S. R. Nonato	PI
9.650 ± 100	BETA 32972	Baixão do Perna I	S. R. Nonato	PI
10.530 ± 110	BETA 32971	Baixão do Perna I	S. R. Nonato	PI

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
7.180 ± 90	GIF 4926	Toca do Bojo	S. R. Nonato	PI
8.050 ± 170	GIF 4626	Toca do Bojo	S. R. Nonato	PI
8.080 ± 170	GIF 4925	Toca do Bojo	S. R. Nonato	PI
9.700 ± 200	GIF 4627	Toca do Bojo	S. R. Nonato	PI
7.000 ± 100	MC 2509	Toca do Paraguaio	S. R. Nonato	PI
8.600 ± 100	MC 2510	Toca do Paraguaio	S. R. Nonato	PI
8.670 ± 120	MC 2480	Toca do Paraguaio	S. R. Nonato	PI
8.780 ± 120	MC 2480	Toca do Paraguaio	S. R. Nonato	PI
2.790 ± 110	GIF 4924	Toca do Vento	S. R. Nonato	PI
2.950 ± 110	GIF 4923	Toca do Vento	S. R. Nonato	PI
2.880 ± 90	GIF 5404	Toca do Vento	S. R. Nonato	PI
2.840 ± 100	GIF 5004	Toca do Morcego	S. R. Nonato	PI
4.290 ± 110	GIF 5005	Toca do Morcego	S. R. Nonato	PI
4.730 ± 110	GIF 5401	Toca da Externa II	S. R. Nonato	PI
240 ± 40	GIF 8671	T. da Barra Antonião	S. R. Nonato	PI
985 ± 65	BETA 28832	T. da Barra Antonião	S. R. Nonato	PI
1.920 ± 130	GIF TAN 90038	T. da Barra Antonião	S. R. Nonato	PI
6.270 ± 140	GIF 7374	T. da Barra Antonião	S. R. Nonato	PI
9.670 ± 140	GIF 8712	T. da Barra Antonião	S. R. Nonato	PI
1.690 ± 110	GIF 3225	Ald. da Queimada Nova	S. R. Nonato	PI
420 ± 50	GIF 6437	Toca do Pitombi	S. R. Nonato	PI
3.010 ± 60	GIF 7606	Toca do Pinga do Boi	S. R. Nonato	PI
3.320 ± 60	GIF 7607	Toca di Pinga do Boi	S. R. Nonato	PI
2.090 ± 110	GIF 3223	Toca do Gongo I	S. R. Nonato	PI
6.990 ± 70	GIF 6148	T. da Entrada do Pajaú	S. R. Nonato	PI
7.940 ± 90	GIF 6958	T. da Baixa do Cipó	S. R. Nonato	PI
8.700 ± 90	GIF 6957	T. da Baixa do Cipó	S. R. Nonato	PI
2.290 ± 60	GIF 7810	T. de Cima dos Pilão	S. R. Nonato	PI
10.390 ± 80	BETA 27345	T. de Cima dos Pilão	S. R. Nonato	PI

Fonte: G. Martín 1996. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Editora Universitária da UFPE, Recife.

Rio Grande do Norte

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
417 ± 60	SI 2365	RN-BO-16	Florânia	RN
1.184 ± 65	SI 2364	RN-JE-17	Florânia	RN
1.704 ± 65	SI 2366	RN-BO-16	Sen. Georgino	RN

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
2.620 ± 60	CSIC 1061	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN
2.860 ± 25	CSIC 945	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN
2.890 ± 25	CSIC 966	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN
4.160 ± 70	CSIC 1054	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN
4.710 ± 25	CSIC 943	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN
5.790 ± 60	CSIC 1060	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN
6.010 ± 60	CSIC 1052	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN
8.280 ± 30	CSIC 965	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN
9.400 ± 35	CSIC 967	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN
9.400 ± 90	CSIC 1051	Alexandre	Carnaúba dos Dantas	RN
9.410 ± 110	CSIC 720	Mirador	Parelhas	RN

Fonte: G. Martín 1996. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Editora Universitária da UFPE, Recife.

Pernambuco

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
195 ± 75	MC 1047	Camará	Bom Jardim	PE
195 ± 75	MC 1012	Caverna do Nunes	Bom Jardim	PE
257 ± 90	GIF 1628	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
270 ± 85	MC 1054	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
295 ± 75	MC 1088	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
330 ± 110	MC 1083	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
360 ± 135	MC 1082	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
370 ± 95	MC 1053	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
463 ± 50	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
494 ± 80	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
556 ± 50	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
945 ± 85	MC 1052	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
1.040 ± 60	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
1.148 ± 60	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
1.256 ± 80	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
1.324 ± 95	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
1.560 ± 90	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
1.936 ± 100	GIF 1627	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
1.995 ± 85	MC 1052	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
2.025 ± 95	MC 1026	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
2.086 ± 25	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
2.884 ± 150	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
3.650 ± 115	MC 1084	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
4.460 ± 100	MC 1013	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
4.590 ± 100	MC 1044	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
4.954 ± 100	MC 7	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
5.600 ± 130	MC 1081	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
5.603 ± 100	MC 1043	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
5.935 ± 135	MC 1028	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
6.630 ± 125	MC 1059	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
6.600 ± 150	MC 1061	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
6.820 ± 190	MC 1087	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
6.900 ± 135	MC 1045	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
7.152 ± 140	MC 1027	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
7.300 ± 140	MC 1060	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
7.820 ± 150	MC 1055	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
8.100 ± 135	MC 1042	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
9.520 ± 160	MC 1056	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
11.000 ± 250	MC 1046	Chã do Caboclo	Bom Jardim	PE
300 ± 85	MC 1024	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
380 ± 70	MC 1041	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
1.770 ± 100	MC 1034	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
2.620 ± 90	MC 1039	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
2.900 ± 95	MC 1040	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
3.450 ± 100	MC 1051	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
3.450 ± 160	MC 1023	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
4.515 ± 115	MC 1036	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
6.085 ± 120	MC 1037	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
6.225 ± 125	MC 1038	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
8.400 ± 200	MC 1003	Pedra do Caboclo	Bom Jardim	PE
300 ± 85	MC 1035	Angico (2)	Bom Jardim	PE
500 ± 50	MC 1002	Angico	Bom Jardim	PE
973 ± 65	SI 2342	Angico	Bom Jardim	PE
1.515 ± 80	MC 1031	Angico	Bom Jardim	PE
4.758 ± 90	MC 7	Angico 3	Bom Jardim	PE
4.769 ± 90	MC 7	Angico 3	Bom Jardim	PE

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
480 ± 80	BA 200	Caverna Funerária	Bom Jardim	PE
1.220 ± 80	BA 202	Caverna Funerária	Bom Jardim	PE
540 ± 70	MC 1011	Sítio das Grutas	Bom Jardim	PE
1.115 ± 60	BA 203	Sítio das Grutas	Bom Jardim	PE
4.650 ± 150	MC 1007	Sítio das Grutas	Bom Jardim	PE
670 ± 200	MC 1076	Derby	Bom Jardim	PE
730 ± 115	MC 1075	Derby	Bom Jardim	PE
1.050 ± 120	MC 1078	Derby	Bom Jardim	PE
1.100 ± 500	MC 1080	Derby	Bom Jardim	PE
1.470 ± 270	MC 1073	Derby	Bom Jardim	PE
1.510 ± 150	MC 1074	Derby	Bom Jardim	PE
1.010 ± 85	MC 1033	Cercado	Bom Jardim	PE
1.295 ± 95	MC 1030	Cercado	Bom Jardim	PE
2.200 ± 80	BA 201	Abr. Funerário 1	Bom Jardim	PE
2.266 ± 110	GIF 1255	PE-16	Petrolina	PE
2.802 ± 110	SI 637	PE-16	Petrolina	PE
1.040 ± 50	SI	Furna do Estrago	Brejo da Madre de Deus	PE
8.495 ± 70	SI	Furna do Estrago	Brejo da Madre de Deus	PE
9.150 ± 90	SI	Furna do Estrago	Brejo da Madre de Deus	PE
11.060 ± 90	SI	Furna do Estrago	Brejo da Madre de Deus	PE
1.760 ± 90	GIF 5878	Peri-Peri	Venturosa	PE
2.030 ± 50	CSIC 605	Peri-Peri	Venturosa	PE
980 ± 60	CSIC 808	Letreiro do Sobrado	Petrolândia	PE
1.230 ± 50	CSIC 807	Letreiro do Sobrado	Petrolândia	PE
1.630 ± 60	CSIC 806	Letreiro do Sobrado	Petrolândia	PE
1.680 ± 50	BETA 21519	Letreiro do Sobrado	Petrolândia	PE
6.390 ± 80	CSIC 809	Letreiro do Sobrado	Petrolândia	PE
2.760 ± 60	GIF 7243	Abrigo do Sol Poente	Petrolândia	PE
2.200 ± 110	SI 1255	Gruta do Padre	Petrolândia	PE
2.360 ± 50	CSIC 805	Gruta do Padre	Petrolândia	PE
2.720 ± 110	SI 637	Gruta do Padre	Petrolândia	PE
3.630 ± 70	CSIC 803	Gruta do Padre	Petrolândia	PE
4.590 ± 70	CSIC 804	Gruta do Padre	Petrolândia	PE
5.280 ± 120	CSIC 821	Gruta do Padre	Petrolândia	PE
7.580 ± 410	SI 644	Gruta do Padre	Petrolândia	PE
360 ± 50	CSIC 802	Queima Cocão	Itacuruba	PE
270 ± 150	BaH 1088-A	PE 48-MXa	Buíque	PE

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
2.780 ± 190	BaH 1256	PE 91-MXa	Buíque	PE
3.870 ± 200	BaH 1252	PE 91-MXa	Buíque	PE
4.390 ± 200	BaH 1253	PE 91-MXa	Buíque	PE
6.240 ± 110	BaH 1052	PE 91-MXa	Buíque	PE
6.640 ± 95	BaH 1053	PE 91-MXa	Buíque	PE
1.785 ± 49	CSIC 1070	Alcobaça	Buique	PE
1.766 ± 24	CSIC 1026	Alcobaça	Buique	PE
150 ± 150	BaH 1255	PE 107-Cm	São Lourenço da Mata	PE
225 ± 150	BaH 1084-A	PE 86-Cm (S.Verde)	São Lourenço da Mata	PE
510 ± 150	BaH 1086-A	PE 93-Cm	São Lourenço da Mata	PE
785 ± 150	BaH 1087-A	PE 95-Cm	São Lourenço da Mata	PE
2.130 ± 400	BaH 1085-A	PE 94-Cm	São Lourenço da Mata	PE
510 ± 150	BaH 1254	PE 123-PJa	Triunfo	PE
340 ± 150	BaH 1331	PE 137-Bga	Araripina	PE

Sergipe

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
1.280 ± 45	BaH	Justino	Canindé do S. Francisco	SE
1.770 ± 60	BaH	Justino	Canindé do S. Francisco	SE
2.500	FZ	Justino	Canindé do S. Francisco	SE
3.270 ± 135	BaH	Justino	Canindé do S. Francisco	SE
4.340	BETA	Justino	Canindé do S. Francisco	SE
8.950	BETA	Justino	Canindé do S. Francisco	SE

Fonte: G. Martín 1996. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Editora Universitária da UFPE, Recife.

Bahia

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
206 ± 90	GIF 1254	BA-1h-13	Simões Filho	BA
1.112 ± 90	SI 542	Guipe	Simões Filho	BA
314 ± 65	SI 820	BA-RG-19	Ituaçu	BA
566 ± 95	SI 821	BA-SO-26	Ituaçu	BA
608 ± 50	SI 541	Beliscão	Esplanada	BA
700 ± 130	SI 541	Zacarias	Campo Formoso	BA

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
3.230 ± 210	BETA 13929	Toca do Cosmo	Central	BA
2.020 ± 130	BETA 17841	Toca da Esperança	Central	BA
3.570 ± 60	GIF 7495	Toca da Esperança	Central	BA
3.820 ± 340	GIF 7300	Toca da Esperança	Central	BA
5.180 ± 80	GIF 7577	Toca da Esperança	Central	BA
6.030 ± 80	GIF 7556	Toca da Esperança	Central	BA
6.030 ± 80	GIF 7578	Toca da Esperança	Central	BA
6.330 ± 150	GIF 7301	Toca da Esperança	Central	BA
6.450 ± 150	GIF 7496	Toca da Esperança	Central	BA
1.270 ± 60	GIF 7494	Toca dos Búzios	Central	BA
1.460 ± 130	BETA 10453	Toca dos Búzios	Central	BA
1.660 ± 120	BETA 10454	Toca dos Búzios	Central	BA
800 ± 60	BETA 10016	Abrigo do Pilão	Central	BA
860 ± 60	BETA 10604	Abrigo do Pilão	Central	BA
9.390 ± 90	BETA 10017	Abrigo do Pilão	Central	BA
1.137 ± 60		Abrigo da Lesma	Central	BA
2.712 ± 60		Abrigo da Lesma	Central	BA
978 ± 120	SI 472	Saloba	Curuça	BA
1.081 ± 250	GIF 1440	BA-RG-3	São Desidério	BA
2.245 ± 110	GIF 877	Pedra Ôca	Periperi	BA
2.709 ± 110	GIF 878	Pedra Ôca	Periperi	BA
2.915 ± 130	SI 470	Pedra Ôca	Periperi	BA
420 ± 160	BaH 1525	Itacoatiara I	Rodelas	BA
570 ± 160	BaH 1531	Itacoatiara I	Rodelas	BA
580 ± 160	BaH 1528	Itacoatiara I	Rodelas	BA
1.130 ± 160	BaH 1530	Itacoatiara I	Rodelas	BA
1.310 ± 160	BaH 1534	Itacoatiara I	Rodelas	BA
1.590 ± 170	BaH 1533	Itacoatiara I	Rodelas	BA
2.290 ± 170	BaH 1529	Itacoatiara I	Rodelas	BA
780 ± 150	BaH	Paraíso	Rodelas	BA
3.840 ± 180	BaH	Paraíso	Rodelas	BA
3.120 ± 170	BaH	Guga	Rodelas	BA
3.240 ± 180	BaH	Guga	Rodelas	BA
2.750 ± 170	BaH	Vinho	Rodelas	BA
4.980 ± 75	SI-6954		Sta. Ma. da Vitória	BA

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
6.520 ± 100	SI-6953		Sta. Ma. da Vitória	BA
8.860 ± 115	SI-5565	BA-RC-28	Coribe	BA
16.200 ± 290	SI-6752	BA-RC-28	Coribe	BA
18.570 ± 130	SI-6751	BA-RC-28	Coribe	BA
21.090 ± 420	SI-6750	BA-RC-28	Coribe	BA
26.600 ± 620	SI-6292	BA-RC-28	Coribe	BA
26.900 ± 570	SI-6293	BA-RC-28	Coribe	BA
>43.000		BA-RC-28	Coribe	BA

Fonte: G. Martín 1996. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Editora Universitária da UFPE, Recife.

Bahia (datações recentes)

Data	Laboratório	Sítio	Localidade	U.F.
870 ± 50	GIF	Piragiba – Praça	Muquém de São Francisco	BA
455 ± 45	GIF	Piragiba – Zé Preto	Muquém de São Francisco	BA
650 ± 65	FATEC-SP *	Igreja de Trancoso	Porto Seguro	BA
400 ± 40	FATEC-SP *	Mirante de Cabrália	Santa Cruz Cabrália	BA
500 ± 50	FATEC-SP *	Engenho de Itacimirim	Porto Seguro	BA
530 ± 55	FATEC-SP *	Igreja da Sé	Salvador	BA
610 ± 65	FATEC-SP *	Igreja da Sé	Salvador	BA
450 ± 50	FATEC-SP *	Igreja da Sé	Salvador	BA

* Datações por termoluminescência

Fonte: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE-UFBA)

GIF: Laboratoire des Faibles Radioactivités – CNRS, Gif-Sur-Yvette (França)

MC: Centre de Recherches (Mônaco)

BETA: Beta Analytic, Miami – EUA

SI: Smithsonian Institution, Washington – EUA

CSIC: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid – Espanha

FZ: Departamento de Física, UFCE, Fortaleza – Brasil

BaH: Laboratório de Física Nuclear Aplicada, Pós-Graduação em Geofísica, UFBA, Salvador - Brasil

FATEC-SP: Faculdade de Tecnologia de São Paulo – Brasil

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, M. 1984 Horticultores pré-históricos do Nordeste. *Arquivos Museu de História Natural. Universidade Federal de Minas Gerais.* vol. VIII/IX, pp. 131-43. Belo Horizonte.

_____. 1991 Ocupação Tupiguarani no estado de Pernambuco. *Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste. Clío* nº 4: 117-8.Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Albuquerque, P. T. S.; Spencer W. B. 1994 Projeto arqueológico: O Homem das Dunas. *Clío* vol. nº 10: 175-88. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Barbosa, A. S. 1992 A Tradição Itaparica: uma compreensão ecológica e cultural do povoamento inicial do planalto central brasileiro. *Prehistoria Sudamericana*, pp. 145-59. Editorial Universitaria, Santiago de Chile,

Beltrão, M. C. D. J.; Nader, R.; Mesquita, S. S.; Bomfin, M. T. M. P. 1990 Les représentations pictographiques de la Serra da Pedra Calcaria: Les Tocas de Buzios et de Esperança. *L'Anthropologie* T. 94 nº 1: 139-54. Paris.

Beltrão, M. C.; Leme, S. M. N.; Andrade, C. C.; Dória, F. M.1991 Projeto Central: Primeiros resultados. Anais I Simpósio Pré-História Nordeste. *Clío* nº 4: 39-47. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Brochado, J. J. P. s/d A tradição cerâmica Tupi-guarani na América do Sul. *Clío* nº 3: 47-60. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Calderón, V. 1964 *O Sambaqui da Pedra Ôca.* Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. 1967 Notícia preliminar sobre as seqüências arqueológicas do médio São Francisco e da Chapada Diamantina, Estado da Bahia. *Publicações Avulsas* nº 6: 107-19. Museu E. Goeldi, Belém.

_____. 1968 A fase Aratu no Recôncavo e Litoral Norte do Estado da Bahia. *Publicações Avulsas* nº 13: 161-72. Museu E. Goeldi, Belém.

_____. 1971 Breve notícia sobre a Arqueologia de duas regiões do Estado da Bahia. *Publicações Avulsas* nº 15: 163-76. Museu E. Goeldi, Belém.

_____. 1972 As Tradições Líticas de uma região do Baixo Médio São Francisco (Bahia). *Universitas* 12/13: 49-65. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. 1974 Contribuição para o reconhecimento da Arqueologia do Recôncavo e do sul do Estado da Bahia. *Publicações Avulsas* nº 26: 141-56. Museu E. Goeldi, Belém.

Cardim, F. 1980 *Tratado da gente e da terra do Brasil.* Itatiaia/Edusp, B. Horizonte/São Paulo.

Dantas, B. G.; Sampaio, J. A.; Carvalho, M. A. G. 1992 Os povos indígenas do Nordeste Brasileiro. Um esboço histórico. In: *História dos Índios do Brasil,* pp. 431-56. Fapesp/SMC/Companhia das Letras, São Paulo.

Diniz, J. F. *O Projeto Arqueológico de Xingó e a Pré-História do Baixo São Francisco.* Universidade Federal da Sergipe/CHESF, Aracaju.

Etchevarne, C. 1992 Sítios dunares do Sub-Médio São Francisco, Bahia, Brasil. *Journal de la Societé des Americanistes* vol. LXXVIII-I: 57-71.

_____. 1993 Acerca das primeiras manifestações ceramistas da Bahia. In: *Cerâmica popular,* pp. 28-51. Instituto Mauá, Salvador.

_____. 1995 Etude de l'apppropriation des ressources du milieu: les populations pré-coloniales sanfranciscaine, dans l'Etat de Bahia (Brésil). Tese de Doutorado.

Fausto, C. 1992 Fragmentos de História e Cultura Tupinambá. In: *História dos Índios do Brasil*, pp. 381-96. Fapesp/SMC/Companhia das Letras, São Paulo.

Guidon, N. 1991a O Pleistoceno no Sudeste do Piauí. *Anais Simp. Pré-História do Nordeste. Clío Série Arqueologia* nº 4: 17-8. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

_____. 1991b Notas sobre dois sítios da área Arqueológica de São Raimundo Nonato (Piauí). *Anais Simpósio Pré-Hist. Nordeste. Clío Série Arqueologia* nº 4: 19-22. Univ. Federal de Pernambuco, Recife.

_____. 1991 As ocupações Pré-Históricas do Brasil (excetuando Amazônia). In: *História dos Índios do Brasil*, pp. 37-52. Fapesp/SMC/Companhia das Letras, São Paulo.

Kuhlmann, E. 1977 Vegetação. *Geografia do Brasil. Região Nordeste*, pp. 85-110. IBGE, Rio de Janeiro.

Machado, A L.; Corrêa, C.; Lopes, D. 1991 Os sambaquis da Ilha do São Luis — MA. *Anais do 1º Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro*, pp. 99-100. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Martín, G. 1986 Indústrias líticas em Itaparica, no vale do médio São Francisco (Pernambuco, Brasil). *Clío* 8: 99-133. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

_____. 1996 *Pré-História do Nordeste do Brasil*. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

_____. 1998 O Povoamento Pré-Histórico do Vale do São Francisco. *Cadernos de Arqueologia. Documento 13*. Universidade Federal de Sergipe, CHESF/ Petrobras/PAX, Aracaju.

Moreira, A. S. N. 1977 Relevo. In: *Geografia do Brasil. Região Nordeste*, pp. 4-25. IBGE, Rio de Janeiro.

Nimer, E. 1977 Clima. In: *Geografia do Brasil. Região Nordeste*, pp. 47-84. IBGE, Rio de Janeiro.

Prous, A. 1989 Arte Rupestre Brasileira: uma tentativa de classificação. *Rev. de Pré-História* nº 7: 9-33. USP, São Paulo.

_____. 1992 *Arqueologia Brasileira*. Universidade de Brasília, Brasília.

Salvador, Frei Vicente de. 1982 *História do Brasil (1500-1627)*. Itatiaia/Edusp. Belo Horizonte/São Paulo.

Schmitz, P. I. 1991 Áreas arqueológicas do Litoral e do Planalto do Brasil. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia* nº 1: 3-20. USP, São Paulo.

_____. 1992 Caçadores antigos no sudoeste de Goiás. *Estudios Atacameños* nº 8: 16-36. Universidad del Norte, San Pedro de Atacama.

Souza, G. S. de 1971 *Tratado descritivo do Brasil (1587)*. Companhia Editora Nacional/Edusp, São Paulo.